



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/09/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CORREIÇÕES.....	1 - 2
1.2. SEGURANÇA.....	3 - 4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	5
2.2. COMARCAS.....	6
2.3. DECISÕES.....	7 - 10
2.4. SEGURANÇA.....	11 - 12
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	13
3.2. EXECUÇÃO PENAL.....	14
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	15 - 16
4.2. SEGURANÇA.....	17
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	18 - 19
5.2. COMARCAS.....	20
5.3. EXECUÇÃO PENAL.....	21
5.4. JUÍZES.....	22
5.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	23
5.6. SEGURANÇA.....	24

CGJ realiza Correição Geral Ordinária em diversas unidades judiciais

A Corregedoria Geral da Justiça, nos meses de setembro e outubro, dá continuidade aos trabalhos de Correição Geral Ordinária em diversas unidades judiciais do Maranhão. Durante este ano de 2012, mais de 20 unidades judiciais já passaram pela correição da CGJ-MA. **PÁGINA 3**

CGJ realiza Correição Geral Ordinária em diversas unidades judiciais

A Corregedoria Geral da Justiça, nos meses de setembro e outubro, dá continuidade aos trabalhos de Correição Geral Ordinária em diversas unidades judiciais do Maranhão. Durante este ano de 2012, mais de 20 unidades judiciais já passaram pela correição da CGJ-MA.

As primeiras unidades judiciais a passarem por Correição Geral Ordinária da CGJ-MA neste mês de setembro foram a 1ª Vara de Entorpecentes e as 1ª e 3ª Varas Criminais de São Luís. Os trabalhos foram realizados nesta semana, de terça (11) a sexta-feira (14).

Da próxima terça (18) à quinta-feira (20), o trabalho será feito nas 4ª e 8ª Varas Criminais de São Luís. E do dia 24 ao dia 28, a correição será realizada na 3ª Vara Criminal de Timon e 3ª, 4ª e 5ª Varas de Caxias. Também já estão determinadas as unidades que passarão por correição em outubro. De 2 a 5 de

outubro, os trabalhos serão realizados nas 2ª, 5ª e 7ª Varas Criminais de São Luís. No período de 9 a 11, será a vez da 1ª Vara Cível e 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. De 16 a 19 de outubro, a correição ocorre na comarca de Timbiras, Juizado Especial Cível e Criminal de Caxias e Juizado Especial Cível e Criminal de Codó. Já entre 24 e 26 de outubro, será a 9ª Vara Cível e a Vara de Cartas Precatórias de São Luís.

CONTINUIDADE - As Correições Gerais Ordinárias da CGJ-MA ocorrem continuamente. Somente no mês de agosto, os trabalhos foram realizados em oito comarcas do Estado, incluindo São Luís. As correições foram feitas dias 8 e 9 de agosto, na 2ª Vara de Entorpecentes e no 9º Juizado Especial Cível de São Luís; de 13 a 16, no 2º Juizado Especial Criminal e 3ª e 7ª Varas da Fazenda Pública e 1ª Vara do Tribunal do Júri de São

Luís; de 20 a 24, nas comarcas de Alcântara, Bequimão, Cedral e Governador Nunes Freire; e de 27 a 31 de agosto, nas comarcas de Riachão, Loreto e no Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas.

Nos trabalhos do mês de agosto, os trabalhos correicionais foram delegados pelo corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Carvalho Cunha, aos juizes auxiliares da CGJ-MA, Isabella de Amorim Parga Martins Lago e Nelson Ferreira Martins Filho, e juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Márcia Cristina Coelho Chaves. Já a realização das correições dos meses de setembro e outubro, fica a cargo, apenas, dos juizes auxiliares, Isabella Lago e Nelson Martins Filho.

Em todo o trabalho correicional, os juizes contam com o auxílio de servidores da CGJ-MA. Em agosto, trabalharam nas Correições Gerais Ordiná-

rias os servidores André Mendes, Bianca Ducanges, Bruno Santana, Eurico Rocha, Gabriella Fernandes, João Jorge Neto, Josiane Santos, Patrícia Monteiro, Roberta Travincas e Wellington Amorim.

Nas correições de setembro e outubro, as servidoras Josiane Santos e Patrícia Monteiro não participam dos trabalhos, e a servidora Leila Cutrim foi integrada ao grupo.

ATIVIDADES - Os juizes titulares das unidades judiciais a serem correicionadas são notificados com, pelo menos cinco dias de antecedência. Eles participam dos trabalhos prestando esclarecimentos solicitados e colaborando com as atividades.

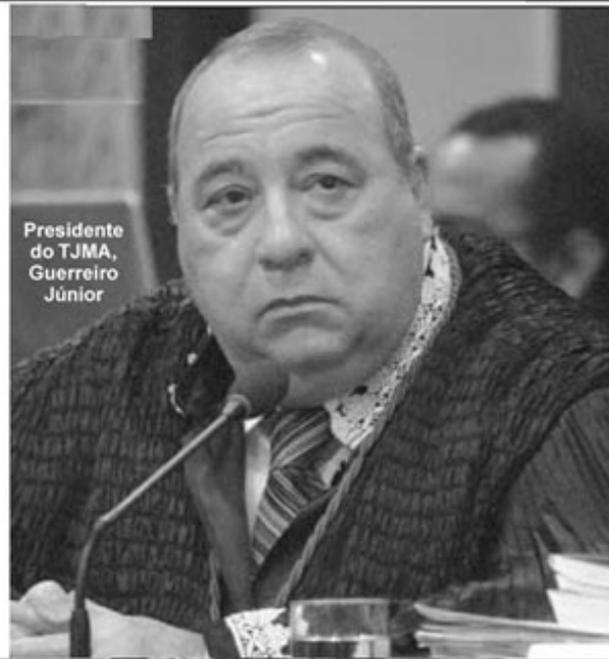
Mesmo com a Correição Geral Ordinária, o atendimento a partes e advogados não ficam suspensos na Secretaria das unidades, nem os prazos processuais, não prejudicando, assim, o andamento dos processos.

PREVENÇÃO

CRIADA COMISSÃO PARA GARANTIR SEGURANÇA DE JUÍZES DO MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares e que irá planejar e executar a política de segurança dos juizes e servidores do Poder Judiciário.

PÁGINA 3



SEGURANÇA

Comissão vai proteger juízes e servidores do Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares e que irá planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho criado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e regulamentado pela Portaria nº 1010/2012-TJ, receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolha de magistrados em situação de ameaça ou risco.

"A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de membros do Judiciário", adianta Guerreiro Júnior.

A medida segue orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos tribunais estaduais e federais, na Resolução Nº 104/2010, a criação de comissão permanente formada por magistrados e representante de



A comissão foi criada pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior

entidade de classe, com a incumbência de elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir sobre pedidos de proteção especial feitos por magistrados.

A comissão é formada por um desembargador - presidente -, um juiz auxiliar da presidência do Tribunal, um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, um juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo diretor de segurança institucional e pelo chefe do gabinete militar da presidência do TJMA.

À exceção do diretor de Segurança Institucional, capitão Alexandro Magno, e do chefe do gabinete militar, tenente-coronel Pedro Ribeiro, os demais membros ainda não foram escolhidos.

Segundo o diretor, o objetivo maior da comissão será propor ao Judiciário atos normativos relacionados à proteção de magistrados e servidores. "Essa medida é uma iniciativa do presidente Guerreiro Júnior para apoiar desembargadores e juízes e em resposta às suas solicitações", disse.

Portal

Olha que boa novidade. As páginas do portal do Poder Judiciário do Maranhão foram visualizadas mais de 1 milhão vezes no mês de agosto. O novo portal foi lançado no fim de junho pelo presidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior.

Cadeia

O juiz Márcio José Costa, da 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, condenou o ex-presidente da Câmara Municipal, Hipólito Lindoso, a quatro anos e oito meses de detenção.

A pena será cumprida inicialmente em regime semiaberto no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Lindoso foi condenado por ter firmado, em 2008, 12 contratos de prestação de serviço sem o devido processo licitatório.



Diego Chaves

Escortado, Júnior do Mojó tenta se esconder ao sair da sede da superintendência da Polícia Federal

Júnior do Mojó chega e é levado para Pedrinhas

Foragido da Justiça pela morte do empresário Marggion Andrade, ex-vereador de Paço do Lumiar foi submetido a exame de corpo de delito e levado para o Centro de Detenção Provisória. **Polícia 6**

Júnior do Mojó chega a São Luís escoltado por policiais federais

Ex-vereador de Paço do Lumiar, preso em São Paulo, foi transferido durante a madrugada de ontem e à tarde foi levado para o Centro de Detenção de Pedrinhas; ele será interrogado segunda-feira pela Polícia Civil sobre a morte de empresário

Saulo Maclean
Da equipe de O Estado

O ex-vereador do município de Paço do Lumiar Edson Arouche Júnior, o *Júnior do Mojó*, de 42 anos, foi transferido ontem à tarde para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele foi preso na manhã do dia 6, em São Paulo, ao ser reconhecido por um agente da Polícia Federal, lotado na Superintendência Regional no Maranhão. O ex-parlamentar estava foragido da Justiça desde novembro do ano passado, quando foi indiciado por crimes de homicídio triplamente qualificado, fraudes documentais e estelionato.

Durante a madrugada de ontem, *Júnior do Mojó* desembarcou no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, no bairro Tirirical, e foi escoltado até a sede da PF, na Cohama, onde permaneceu até as 15h45. Nesse horário, o ex-vereador foi encaminhado para o Instituto de Criminalística (Icrim), no Bacanga, onde foi submetido a exames de corpo de delito, e finalmente levado para o Centro de Detenção Provisória (CDP). O superintendente da PF, Cristiano Sampaio, falou sobre a prisão do foragido.

"Há mais de 60 dias recebemos informações de que *Júnior do Mojó* estava escondido no Rio de Janeiro. Enviamos equipes até aquele estado, porém, o foragido acabou viajando para São Paulo, onde ficou morando com

a família. A dificuldade em capturá-lo se dava porque ele nunca saía do endereço onde estava hospedado. Sua prisão só foi possível porque ele precisou sair do hotel para deixar o filho na escola. Nosso agente federal, que o monitorava, o prendeu depois de reconhecê-lo, no bairro Jabaquara", disse Sampaio.

A partir de segunda-feira (17), *Júnior do Mojó* será ouvido pela Polícia Civil. A informação é do próprio secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes. "A partir de agora, ele está sob a custódia do Estado e já pode depor nos inquéritos que investigam o assassinato do empresário Marggion Lanyere Andrade, de 45 anos, e crimes de "grilagem de terras", na Região Metropolitana de São Luís. As investigações são coordenadas pela Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e devem ser concluídas até o fim deste mês", adiantou Mendes.

Indiciado - Edson Arouche Júnior passou a ser procurado pela Polícia Civil do Maranhão após a conclusão do inquérito que investigou a morte de Marggion Andrade. O corpo da vítima foi encontrado no dia 14 de outubro de 2011, com um tiro na nuca, e enterrado em uma cova rasa em um terreno de sua propriedade, no bairro Araçagi. O lote, segundo a polícia, foi vendido ao empresário por *Júnior do Mojó* e seu sócio, o corretor de imóveis Elias Orlando Nunes Filho, de 57 anos.

Os dois foram indiciados como "mandantes do crime"

porque, ainda de acordo com as investigações, a vítima descobriu que o mesmo terreno já havia sido revendido irregularmente por eles a outras quatro pessoas. Quando perceberam que o cliente havia tomado conhecimento da fraude, os indiciados resolveram pressioná-lo para que devolvesse o terreno a eles e aceitasse o prejuízo. Como se recusou a atender à ordem dos corretores, mesmo sob ameaças de morte, foi assassinado.

Elias Orlando Nunes Filho chegou a ser preso logo após o crime por determinação da Justiça, mas foi solto menos de 24 horas, também beneficiado por ordem judicial, e até hoje é considerado foragido. Juntos, os sócios passaram a ser procurados não apenas pelo crime de homicídio, mas pela prática de fraudes documentais e estelionato, outro delito bastante evidenciado com a apreensão de certidões falsas e recortadas, em seus respectivos imóveis. O material foi recolhido durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Material apreendido - Em uma das casas do ex-vereador *Júnior do Mojó*, na Rua Santa Quitéria, Jardim El Dourado (Turu), foram apreendidos, além da certidão violada, notebooks, computadores convencionais, um cofre contendo documentos diversos, mais de R\$ 9 mil e um rifle calibre 22. Em um dos endereços de Elias Orlando Nunes Filho, a polícia recolheu, além de pas-

tas com documentação variada, placas de venda de imóveis, mais de R\$ 2 mil e alguns computadores pessoais.

Na época, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão disponibilizou um profissional, perito em documentos relativos à compra e venda de imóveis, que passou a auxiliar a equipe de Polícia Técnico Científica a identificar a veracidade dessas cédulas. Várias delas, apreendidas no inquérito anterior, que apurou o homicídio, propriamente dito, apontaram irregularidades, o que fez a polícia trabalhar sobre a existência de uma suposta organização criminosa do ramo imobiliário. O resultado da perícia, porém, é mantido em sigilo.



Edson Arouche Júnior, o *Júnior do Mojó*, quando chegava ao Icrim para exames de corpo de delito

Mais

O indiciamento de Elias Orlando Filho e *Júnior do Mojó* também foi embasado nos depoimentos dos três executores confessos do empresário Marggion Andrade. Em oitivas separadas, eles afirmaram categoricamente que foram contratados pelo corretor de imóveis e pelo ex-vereador para matar a vítima, que se recusava a entregar o terreno adquirido legalmente. Foram presos, na época, o caseiro da vítima, Roubert Sousa dos Santos, o *Louro*, de 19 anos, o ex-presidiário Alex Nascimento de Sousa, de 23 anos, que confessou ter efetuado o disparo contra a vítima, e apreendido um adolescente de 15 anos, que assumiu ter dado cobertura aos cúmplices, vigiando a movimentação de prováveis curiosos no local do crime.

Editorial

Justiça garante Via Expressa

Oportuna e decidida pelo bom senso a decisão da Justiça de autorizar o Governo do Estado a prosseguir com os entendimentos para desapropriar alguns imóveis na área do Vinhais e, assim, garantir espaço para a construção da segunda etapa da Via Expressa. Com a decisão, a Secretaria de Estado de Infraestrutura poderá, de maneira civilizada, remover empecilhos físicos que impediam o avanço da obra, que vem sofrendo ataques injustificados de grupos movidos pela quase insanidade política.

A inauguração da primeira etapa, como presente de aniversário para São Luís, mostrou a importância do projeto viário para a cidade, à medida que, ficou claro, sua conclusão será decisiva para a melhoria no trânsito numa das regiões mais importantes e densamente povoadas da capital.

Os dois quilômetros que ligam a Avenida Carlos Cunha à Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, já abertos ao tráfego há uma semana, já indicam com clareza que o projeto, quando concluído por inteiro e no formato em que foi concebido, dará uma nova dinâmica ao trânsito, melhorando significativamente a situação atual, tensa e cotidianamente tumultuada por situações caóticas.

O projeto integral prevê nove quilômetros de avenidas que interligarão as áreas do Jaracati, Cohafuma, Vinhais e Maranhão Novo, beneficiando diretamente 20 bairros da região e um contingente de 300 mil habitantes. Paralelamente, a Avenida do

Quarto Centenário - começa na Liberdade, margeia a Avenida Luiz Rocha e desemboca na Avenida dos Franceses - formará o outro braço do complexo viário que está sendo implantado pelo Governo do Estado para ampliar a malha viária de São Luís, suprimindo, assim, uma necessidade gritante, mas que não poderia ser remediada pela Prefeitura - pelo menos na atual gestão.

Diante da realidade, que salta aos olhos, é incompreensível que segmentos políticos inexpressivos queiram ganhar sobrevida estimulando cidadãos de bem a se posicionar contra o projeto. Sob o argumento fajuto de que a Via Expressa destruirá uma das comunidades mais antigas de São Luís, esses segmentos, cujo discurso político é agressivo e fora de moda, recorreram também à Justiça. Num primeiro momento, houve decisões polêmicas, mas que foram sendo corrigidas à medida que foram observadas as necessidades da população e a clara tentativa de manipulação política por parte desses grupos.

Agora, a Justiça coloca as coisas nos seus devidos lugares, após avaliar as razões de cada parte. Concluiu que não há qualquer problema no projeto da Via Expressa e deu ao Governo do Estado a chancela de continuar sua implantação por meio de desapropriações tecnicamente corretas e financeiramente justas. Assim, a governadora Roseana Sarney poderá continuar a implantação do projeto, que foi concebido para melhorar a qualidade de vida da população de São Luís.

A inauguração da primeira etapa, como presente de aniversário para São Luís, mostrou a importância do projeto viário para a cidade

Comissão do TJ fará segurança de magistrados

Comissão de Segurança
Institucional vai planejar e
executar ações de proteção a
juízes e servidores. **Geral 5**

TJ cria comissão de segurança de magistrados

Grupo vai elaborar e executar planos de proteção para juízes em situação de risco

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares e que irá planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho criado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e regulamentado pela Portaria nº 1010/2012-TJ, receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolta de magistrados em situação de ameaça ou risco.

"A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de membros do Judiciário", adianta Guerreiro Júnior.

A medida segue orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos tribunais estaduais e federais, na Resolução Nº 104/2010, a cria-

ção de comissão permanente formada por magistrados e representante de entidade de classe, com a incumbência de elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir sobre pedidos de proteção especial feitos por magistrados.

A comissão é formada por um desembargador - presidente -, um juiz auxiliar da presidência do Tribunal, um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, um juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo diretor de segurança institucional e pelo chefe do gabinete militar da presidência do TJMA.

À exceção do diretor de Segurança Institucional, capitão Alexandro Magno, e do chefe do Gabinete Militar, tenente-coronel Pedro Ribeiro, os demais membros ainda não foram escolhidos.

Segundo o diretor, o objetivo maior da comissão será propor ao Judiciário atos normativos relacionados à proteção de magistrados e servidores. "Essa medida é uma iniciativa do presidente Guerreiro Júnior para apoiar desembargadores e juízes e em resposta às suas solicitações", disse.

TJMA

Reciclagem de papel de mais de 14 mil processos

Uma papelada acondicionada em cerca de 14.200 processos deixará de ocupar prateleiras dos arquivos do Judiciário maranhense e será reaproveitada para a produção de novas publicações. Isto representa 85% de um total de mais de 16.600 autos que preenchem 350 metros lineares nas suas dependências.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em consonância com o Programa Nacional de Memória do Judiciário (Proname/CNJ), resolveu eliminar do seu acervo os autos datados de 1970 até os dias atuais de agravos de instrumentos - recursos formados, em sua quase totalidade, de cópias de processos.

Só farão parte do material descartável os agravos que já têm decisão final - sem possibilidade de outro recurso. A resolução que dispõe sobre a eliminação dos autos foi aprovada pelos desembargadores, em votação unânime, na sessão plenária administrativa da Corte, no dia 5 de setembro.

O regulamento define o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Maranhão e estabelece prazos de guarda e eliminação de processos concluídos do acervo do Poder Judiciário.

O presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destaca que a preocupação maior é com a preservação de documentos que tenham valor histórico, o que não acontece com a quase totalidade dos agravos de instrumentos.

"São processos transitórios, de pequena durabilidade e não reservam nenhuma atenção para serem mantidos em arquivo. Será dada a oportunidade para as partes que quiserem recolher seus documentos, para depois fazer a eliminação do material que ocupa um espaço muito grande nos arquivos", avalia o desembargador.

O futuro presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), Christofferson Melo de Oliveira, disse que os documentos já estão sendo analisados, um a um.

Está prevista uma cota de preservação prudencial de autos com importância histórica e social de 15% do total, para promover a memória e a pesquisa.

A segunda etapa irá preparar uma lista com o material a ser descartado: primeiro será transformado em aparas; depois, reciclado. O prazo previsto para processamento da operação é de dois anos.

■ Obras

Por solicitação do secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sergio Tamer, o juiz da 1º Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar, realizou, nesta sexta-feira (14), visita à Penitenciária de Pedrinhas. Na ocasião, o magistrado avaliou como positiva as obras de reforma e ampliação que estão sendo feitas na unidade. Entre as autoridades presentes estavam o secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais da Capital e Interior, Fredson Maciel e Alfrânio Feitosa. Na visita, O juiz analisou as reformas e ampliações às quais a Penitenciária de Pedrinhas está sendo submetida. Ele averiguou desde toda a parte externa do estabelecimento até os pavilhões. De acordo com o juiz, houve um avanço considerável nas obras em relação à última vistoria feita há 15 dias. "Posso considerar como positiva as obras que aqui estão sendo feitas. Melhorou em relação há 15 dias", afirmou.

■ GRILAGEM

EX - VEREADOR JÚNIOR DO MOJÓ JÁ ESTÁ PRESO E À DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA

Detido no estado de São Paulo, o ex-vereador de Paço do Lumiar, que é apontado como um dos autores da morte do empresário Marggion Andrade, foi encaminhado, na tarde de ontem, para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele estava foragido desde novembro de 2011.

URBANO 2

CASO MARGGION ANDRADE

Ex-vereador em Pedrinhas

Preso em São Paulo e transferido para São Luís ontem de madrugada, Júnior do Mojó foi levado para penitenciária onde ficará à disposição da Justiça

VANESSA MOREIRA

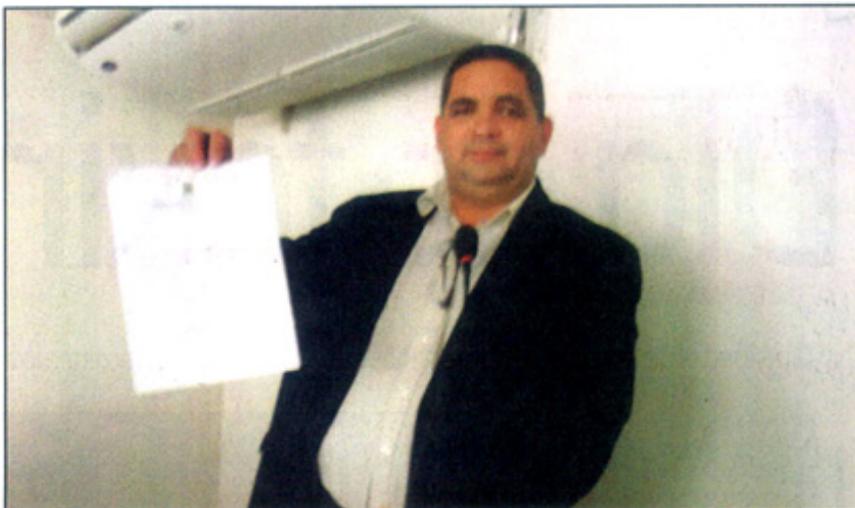
Edson Arouche Júnior, conhecido como Júnior do Mojó, foi levado no fim da tarde de ontem para a Penitenciária de Pedrinhas, após realizar exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). O ex-vereador de Paço Lumiar, que estava foragido desde novembro do ano passado, época em que foi decretada sua prisão pela morte do empresário Marggion Andrade, foi preso por agentes da Polícia Federal em São Paulo, no dia 27 de agosto, ao sair de um hotel onde estava hospedado há 30 dias, localizado no bairro Jabaquara. Mojó chegou a São Luís na madrugada de ontem, foi encaminhado à sede da Polícia Federal, onde passou a manhã, e somente no fim da tarde foi ao IML e, logo em seguida, des-

locado para o Centro Penitenciário de Pedrinhas. Lá, o ex-vereador ficará à disposição da Justiça Estadual.

O superintendente regional da Polícia Federal, Cristiano Barbosa Sampaio, disse que há 60 dias realizava buscas de informações sobre o paradeiro de Mojó, e que, anteriormente, denúncias afirmavam que ele estaria no Rio de Janeiro. "Fomos confirmar se Mojó estava mesmo no Rio de Janeiro, mas, ao chegarmos ao local, ele já tinha fugido para destino desconhecido. Depois de mais 30 dias de investigações, conseguimos detectar o paradeiro dele. Tomamos todas as providências para que não ocorresse nenhum contratempo, assim, o prendemos na saída do hotel onde estava hospedado há um mês. Ao efetuarmos a prisão, transportamos Mojó com segurança e encerramos

a participação da Polícia Federal no que cerne ao ex-vereador", explicou o superintendente Cristiano.

A Comissão de Grilagem, formada pelos delegados Carlos Alberto Damasceno, Pedro Adriano e Joviano Furtado, e a coordenação de Superintendência da Polícia Civil da Capital, comandada pelo delegado Sebastião Uchôa, ouvirão, a partir desta segunda-feira, Júnior do Mojó, que responde a 16 inquéritos. Segundo Uchôa, Mojó é acusado de falsificar documentos públicos, formação de quadrilha, estelionato e grilagem. A próxima semana será marcada pelos depoimentos de Mojó. "Vamos começar os trabalhos nesta segunda-feira, mas creio até o final da semana ainda estaremos colhendo depoimentos dele, pois são muitos inquéritos que o ex-vereador responde", esclareceu Uchoa.



Edson Arouche é acusado em inquérito policial de vários crimes: grilagem, estelionato, formação de quadrilha e homicídio

JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça cria comissão para proteger juízes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares, que irá planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho criado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e regulamentado pela Portaria nº 1010/2012-TJ, receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolta de magistrados em situação de ameaça ou risco.

“A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de membros do Judiciário”, adianta Guerreiro Júnior.

A medida segue orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

que determinou aos tribunais estaduais e federais, na Resolução Nº 104/2010, a criação de comissão permanente formada por magistrados e representante de entidade de classe, com a incumbência de elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir sobre pedidos de proteção especial feitos por magistrados.

A comissão é formada por um desembargador – presidente -, um juiz auxiliar da presidência do Tribunal, um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, um juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo diretor de segurança institucional e pelo chefe do gabinete militar da presidência do TJMA. À exceção do diretor de Segurança Institucional, capitão Alexandre Magno, e do chefe do gabinete militar, tenente-coronel Pedro Ribeiro, os demais mem-

brós ainda não foram escolhidos.

Segundo o diretor, o objetivo maior da comissão será propor ao Judiciário atos normativos relacionados à proteção de magistrados e servidores. “Essa medida é uma iniciativa do presidente Guerreiro Júnior para apoiar desembargadores e juízes e em resposta às suas solicitações”, disse.

TJMA vai reciclar papel de mais de 14 mil processos descartáveis

Uma papelada acondicionada em cerca de 14.200 processos deixará de ocupar prateleiras dos arquivos do Judiciário maranhense e será reaproveitada para a produção de novas publicações. Isto representa 85% de um total de mais de 16.600 autos que preenchem 350 metros lineares nas suas dependências.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em consonância com o Programa Nacional de Memória do Judiciário (Priname/CNJ), resolveu eliminar do seu acervo os autos datados de 1970 até os dias atuais de agravos de instrumentos – recursos formados, em sua quase totalidade, de cópias de processos.

Só farão parte do material descartável os agravos que já têm decisão final – sem possibilidade de outro recurso. A resolução que dispõe sobre a eliminação dos autos foi aprovada pelos desembargadores, em votação unânime, na sessão plenária administrativa da Corte, no dia 5 de setembro.

O regulamento define o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Maranhão e estabelece prazos de guarda e eliminação de processos concluídos do acervo do Poder Judiciário.

O presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destaca que a preocupação maior é com a preservação de documentos que tenham valor histórico, o que não acontece com a quase totalidade dos agravos de instrumentos.

“São processos transitórios, de pequena durabilidade e não reservam nenhuma atenção para serem mantidos em arquivo. Será dada a oportunidade para as partes que quiserem recolher seus documentos, para depois fazer a eliminação do material que ocupa um espaço muito grande nos arquivos”, avaliou o desembargador.

❖❖ **O Poder Judiciário não quer ficar à margem do processo democrático eleitoral. E, está em plena campanha para “Eleições Diretas já no Poder Judiciário”.**

❖❖ A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lança a sua campanha “Eleições Diretas já no Poder Judiciário”. Desta vez, no Rio de Janeiro, dia 24 próximo.

SUCUPIRA DO NORTE

Juiz vai preparar professores para ministrar noções de Direito a estudantes

A partir do dia 3 de outubro, professores da rede estadual e municipal de ensino de Sucupira do Norte serão preparados para repassar noções básicas de Direito aos seus alunos. Para isso, o juiz titular da comarca, Marcelo Santana Farias, e o assessor do magistrado, Antônio Alan Moura Queiroz, ministrarão curso contínuo que ocorrerá semanalmente, às quartas-feiras, a partir das 19h, com aulas sobre Noções Propedêuticas de Direito. As aulas, realizadas no auditório da Escola Maria Lúcia Barros Carneiro, terão duas horas de duração cada.

A novidade foi anunciada pelo magistrado em reunião ocorrida na quinta-feira (13), na Sala de Audiência do fórum da comarca e que reuniu a secretária de Educação do município, Silvana Alves de Araújo, e diretoras de escolas estaduais e municipais de Sucupira do Norte.

Na ocasião, foram feitas leituras e ponderações a respeito da importância da Educação na sociedade, inclusive como um dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Legislação – A ideia é que as informações repassadas aos profes-

sores sejam replicadas pelos mesmos em sala de aula. “O objetivo é popularizar a legislação, formar pessoas mais críticas, cidadãos mais ativos”, esclarece Marcelo Farias. E complementa: “O curso proporcionará o desenvolvimento da cidadania”.

Segundo o magistrado, as aulas disporão sobre a “efetivação dos direitos fundamentais, como o direito à vida, à igualdade, à educação, à cultura e à liberdade”.

Evasão escolar – Durante o encontro, o juiz ouviu das representantes das instituições escolares da comarca o relato de problemas enfrentados nas escolas. Entre os temas abordados elencados, a evasão escolar, necessidade de melhores condições de trabalho, melhoria do ambiente de trabalho e qualificação de professores. As diretoras, inclusive, pleitearam a ajuda do magistrado no sentido de conscientizar a sociedade para diminuir a evasão nas escolas.

Além da troca de informações, a reunião teve ainda sorteio de duas edições de Vade Mecum e uma Constituição da República Federativa do Brasil.



Secretário Sérgio Tamer acompanha visita de juiz Jamil Aguiar

Juiz faz visita às obras na Penitenciária de Pedrinhas

Por solicitação do secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar, realizou ontem (14), visita à Penitenciária de Pedrinhas. Na ocasião, o magistrado avaliou como positiva as obras de reforma e ampliação que estão sendo feitas na unidade. Entre as autoridades presentes estavam o secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, e os superintendentes de Estabelecimentos Penais da Capital e Interior, Fredson Maciel e Alfrânio Feitosa.

Na visita, o juiz analisou as reformas e ampliações às quais a Penitenciária de Pedrinhas está sendo submetida. Ele averiguou desde toda a parte externa do estabelecimento até os pavilhões.

De acordo com o juiz, houve um avanço considerável nas obras em relação à última vistoria feita há 15 dias. "Posso considerar como positiva as obras que aqui estão sendo feitas. Melhorou em relação há 15 dias", afirmou.

O engenheiro responsável pela obra, Sebastião Djalma Gomes, informou que o prazo máximo para a conclusão dos serviços é de 45 dias. Mas ele acredita que em um mês os serviços já estejam concluídos. Segundo ele, obras estão 90% concluídas.

O diretor da Penitenciária de Pedrinhas, Ronald Dias, afirmou que com as obras finalizadas a capacidade de vagas naquela unidade carcerária será maior. Dias contou que a proposta é desafogar a Central de Custódia Preso de Justiça (CCPJ) do Anil tirando os internos de lá

e transferindo-os para a Penitenciária de Pedrinhas. Ao todo serão abertas mais 198 vagas no sistema prisional. "Com certeza é mais um avanço no sistema prisional do nosso estado. todos estão fazendo sua parte para que o sistema seja visto com bons olhos", declarou.

O secretário Sérgio Tamer destacou que tudo o que está sendo feito é dando continuidade na política de regionalização do sistema e para atender aquilo que exige a Lei de Execuções Penais (LEP). Segundo ele, o objetivo comum de todos é humanizar o sistema carcerário do Maranhão. "Queremos dar comodidade aos detentos para que eles cumpram suas penas em ambiente humanizado, onde todas as exigências da LEP sejam devidamente atendidas", concluiu.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço deste sábado vai para o juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, titular do 1º Juizado Especial Criminal, que recebeu o título de Cidadão de São Luís no plenário “Simão Estácio da Silveira”, da Câmara Municipal, por meio de decreto legislativo de autoria do vereador Francisco Carvalho (PSL).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 30 (trinta) dias

- Art. 232, IV, CPC -

~~ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC...~~

~~Ação de Execução por Quantia Líquida e Certa – Proc. n.º 61278/2011
Exequente: Espólio de Jurandyr Lulz de Britto
Executado: Ego Empresa Geral de Obras S.A.~~

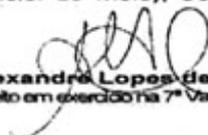
FINALIDADE: Citação de Ego Empresa Geral de Obras S.A., para, no prazo de 03 (três) dias, pagar a dívida, sob pena de penhora.

OBJETO DA AÇÃO: O pagamento da dívida de R\$ 785.586,00 (setecentos e oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta e seis reais), acrescida de juros moratórios incidentes após 30 (trinta) de setembro de 2011, custas processuais e honorários advocatícios.

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: (98) 3194-5488.

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 12 (doze) dias do mês de julho do ano dois mil e doze (2012). Eu, Thays Maciel de Melo (Belª Thays Maciel de Melo), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.


Alexandre Lopes de Abreu
Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Comissão vai proteger juízes e servidores do Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares e que irá planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho criado pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e regulamentado pela Portaria nº 1010/2012-TJ, receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolta de magistrados em situação de ameaça ou risco.

“A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de membros do Judiciário”, adianta Guerreiro Júnior.

A medida segue orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos tribunais estaduais e federais, na Resolução Nº 104/2010, a criação de comissão permanente formada por magistrados e representante de entidade de classe, com a incumbência de elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir sobre pedidos de proteção especial feitos por magistrados.

A comissão é formada por um desembargador – presidente –, um juiz auxiliar da presidência do Tribunal, um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, um juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo diretor de segurança institucional e pelo chefe do gabinete militar da presidência do TJMA.

À exceção do diretor de Segurança Institucional, capitão Alexandro Magno, e do chefe do gabinete militar, tenente-coronel Pedro Ribeiro, os demais membros ainda não foram escolhidos.

Segundo o diretor, o objetivo maior da comissão será propor ao Judiciário atos normativos relacionados à proteção de magistrados e servidores. “Essa medida é uma iniciativa do presidente Guerreiro Júnior para apoiar desembargadores e juízes e em resposta às suas solicitações”, disse.